

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E MARXISMO: uma breve análise bibliográfica

THEOLOGY OF LIBERATION AND MARXISM: a brief bibliographical analysis

Neimar Carlos Santos¹

RESUMO

Este artigo visa analisar o processo da construção da linha teórica da Teologia da América Latina, também conhecida com Teologia da Libertação e todo o seu contexto histórico perfazendo uma discussão com a teoria marxista em suas principais nuances. Este trabalho propõe examinar o amparo das condições históricas. A Teologia da Libertação é um movimento sócio-ecclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos.

Palavras-chave: Teologia. Libertação. Marxismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of building the theoretical line of Theology of Latin America, also known as Liberation Theology and its historical context, making up a discussion with Marxist theory in its main nuances. This paper proposes to examine the protection of historical conditions. Liberation Theology is a socio-ecclesial movement that emerged within the Catholic Church in the 1960s and which, through a critical analysis of social reality, sought to assist the poor and oppressed population in the struggle for rights.

Keywords: Theology. Release. Marxism.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, nesta pesquisa, analisar o processo da construção da linha teórica da Teologia da América Latina também conhecida com Teologia da Libertação e todo o seu contexto histórico perfazendo um discussão com a teoria marxista em sua principais nuances. Este trabalho propõe examinar o amparo das condições históricas de seu surgimento.

O termo libertação foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. Professor na rede particular de Ensino.

Revista Científica FacMais, Volume. IX, Número 2. Julho. Ano 2017/2º Semestre. ISSN 2238-8427. Artigo recebido dia 03 de abril de 2017 e aprovado no dia 30 de maio de 2017.

décadas de 1960/70 do último século. Os teólogos deste período, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo fazer teológico.

O processo histórico da América Latina foi e é dominado por diversas leis estranhas a ela. A América do Norte, em especial os EUA, e os países europeus, sempre impuseram aos latino-americanos seus valores, suas políticas, sua cultura, etc. Neste sentido, a libertação no seio da América Latina, é a luta pela liberdade da cultura, dos valores, da economia, da política latino-americanos, frente às diversas opressões advindas de um modelo imperialista que rege a práxis do hemisfério norte em suas relações com o hemisfério sul, especialmente como o povo latino-americano. Tal relação impõe ao hemisfério sul a cultura do hemisfério norte.

A Teologia da Libertação é a primeira teologia moderna que assumiu o objetivo de: pensar o destino da humanidade desde a sua condição de vítimas. Em consequência, sua primeira opção é comprometer-se com os pobres, a vida e a liberdade para todos. Esta teologia Surgiu na periferia das Igrejas centrais, não nos centros metropolitanos do pensamento consagrado. Por essa origem, sempre foi considerada como suspeita pelos teólogos acadêmicos e principalmente pelas burocracias eclesiais e especialmente pela da Igreja mais importante, a católica-romana.

Ante o exposto, apresenta-se o problema de nossa pesquisa, qual seja: existe um diálogo entre a Teologia da Libertação e seus principais formuladores com a perspectiva marxista?

As problematizações do objeto pesquisado ocorreram no sentido de entendermos que se faz necessário o uso de uma leitura marxista para entender os problemas da América Latina, a compreensão do capitalismo se faz jus com auxílio da interpretação materialista.

Os referenciais teóricos que nos darão pistas da temática serão construídos com base nas leituras de: Leonardo e Clodovis Boff, Gustavo Gutierrez, Jacob Gorender, Jung Mo Sung entre outros.

1 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1916 A 1980)

A Igreja Católica é considerada uma das instituições religiosas mais importantes do mundo. Esta parte do artigo objetiva apresentar uma breve retrospectiva histórica das mudanças na Igreja Católica no Brasil, no período de 1916 a 1980. Evidencia-se os três modelos da Igreja Católica no Brasil: a Igreja da Neocristandade (1916 a 1955), a Igreja Reformista (1955 a 1964), e a Igreja Popular (1964 a 1980). Evidencia-se ainda um dos movimentos que contribuíram para as mudanças na Igreja Católica brasileira: a Esquerda Católica (de 1958 a 1964).

Pretende-se trazer informações básicas para a compreensão das transformações ocorridas desde 1916 até se chegar a implantação da Teologia da Libertação. Assim ao apresentar este breve mapeamento histórico objetiva-se evidenciar as transformações da Igreja no período, destacando o como, o porque e as consequências de cada etapa das transformações da Igreja. Assim pretende-se evidenciar as origens, o desenvolvimento e os dilemas da Igreja Popular, ou Progressista.

A análise dos três modelos destacará que em cada fase a Igreja apresenta uma missão perante a sociedade, apresentando também uma forma diferente em relação à política da época. Em cada modelo a Igreja apresenta uma missão e uma forma de se relacionar com a sociedade, seja Estado, setores dominantes, médios ou classes populares.

1.1 A Igreja da Neocristandade (1916-1955)

No período de 1916 a 1955 a Igreja Católica brasileira viveu um período conhecido como Neocristandade. A carta pastoral publicada em 1916 pelo arcebispo de Olinda ou Recife marcou o início deste novo período, na História da Igreja no Brasil. Ela apresentava as fragilidades da Igreja institucional: as deficiências das práticas religiosas populares, o estado precário da educação religiosa, a falta de padres, a inexpressiva influência política e sua situação financeira precária. As propostas da carta eram:

cristianizar as principais instituições sociais, criar um quadro de intelectuais religiosos. (MAINWARING, 1989).

Este modelo veio a se consolidar somente vinte cinco anos depois em 1941. A Igreja continuou politicamente conservadora. Assim o modelo da neocristandade defendeu os interesses da Igreja Católica durante décadas, atingindo muitos de seus objetivos, conseguiu manter o monopólio religioso entre as elites governantes e as classes dominantes. Mas nas décadas seguintes alguns líderes e movimentos começaram a desafiar alguns modelos da cristandade, no intuito de fazer com que a Igreja modificasse suas práticas e crenças. Iniciou-se a expansão do protestantismo e do espiritismo. Sua aliança com o Estado ficava cada vez mais incerta. O crescimento dos movimentos sociais levou alguns líderes a reavaliarem a missão da Igreja. (MAINWARING, 1989).

Durante a década de 1950 as práticas pastorais mais progressistas da Igreja se envolveram com os camponeses e estudantes, grupos altamente politizados na época. A expansão do Partido Comunista entre estas duas classes fez com que a Igreja repensasse sua missão na sociedade. Em meados da década de 1950 havia três facções dentro da Igreja Católica: os tradicionalistas, que endossam as práticas da neocristandade; os havia ainda os modernizadores conservadores defendiam uma mudança na Igreja para que a mesma pudesse cumprir a sua missão no mundo moderno, eram contra a secularização, preocupavam-se com o avanço comunista, estavam mais preocupados com a justiça social, mas rejeitavam uma mudança radical: e finalmente havia os reformistas, que também queriam um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, tal como os modernizadores conservadores, mas apresentavam posições sociais mais progressistas. (MAINWARING, 1989).

1.2 A Igreja Reformista (1955-1964)

O período compreendido entre as décadas de 1955 a 1964 apresentou mudanças significativas na Igreja Católica nacional e mundial. A chegada do Papa João XXIII fez com que reformas importantes fossem

Revista Científica FacMais, Volume. IX, Número 2. Julho. Ano 2017/2º Semestre.
ISSN 2238-8427.

implantadas. O pensamento católico foi modificado pelas encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961 e *Pacem in Terris*, de 1963. Estas encíclicas inovaram ao propor uma nova concepção de igreja, mais sintonizada com o mundo, além de estabelecer o compromisso em melhorar o destino humano na Terra e na promoção da justiça social. (MAINWARING, 1989).

Assim o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 a 1965, com bispos de todo o mundo, objetivou discutir uma visão mais aberta da Igreja. Este Concilio é reconhecido como um dos principais eventos da história do catolicismo romano, ele enfatizou a missão social da Igreja, afirmou a importância do laicato, valorizou o diálogo ecumênico além de modificar a liturgia. Assim reviam-se os padrões da autoridade da Igreja, bem como a relação entre fé e mundo. (MAINWARING, 1989).

Desde meados da década de 1950 muitos teólogos, bispos e movimentos sociais pregavam a mudança na Igreja, assim o Concílio Vaticano II veio incorporar e legitimar tendências já existentes na época. Nos anos que se seguiram a mudança que se iniciou na base, tomou impulso ao ser legitimada pela cúpula da Igreja (MAINWARING, 1989).

Embora tenha sido um evento europeu, foi na América Latina que o Concílio conduziu a mudanças significativas nos países, promovendo uma maior participação dos leigos, luta pela justiça social, o sentido de comunidade foi incentivado, houve uma maior co-responsabilidade dentro da Igreja além de uma aproximação entre o clero e o povo. As mudanças na sociedade brasileira e na política estimularam a reforma na Igreja. No período de 1960 a 1964 os movimentos sociais conquistaram uma força nunca vista em nosso país, afetando os líderes da Igreja. Assim a Igreja trouxe inovações como na área da educação popular, através do MEB (Movimento de Educação de Base), da pedagogia de Paulo Freire, e da criação dos CCP (Centros de Cultura Popular). Tais movimentos incentivavam o questionamento, que acabou encorajando a inovação do trabalho pastoral entre as classes populares. (MAINWARING, 1989).

1.2.1 A Igreja Reformista e a questão agrária

No período compreendido entre 1950 a 1964 a temática que passou a ocupar destaque na política brasileira foi a questão agrária. Isto porque o movimento camponês estava fortalecido. As primeiras reformas da Igreja Reformista se deu no campo, mais precisamente no nordeste, como as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e o Movimento de Educação de Base (MEB). No início da década da 1950 a maior parte da Igreja ainda era conservadora, todavia alguns de seus líderes começaram a apoiar reformas sociais no campo. Em setembro de 1950 o Bispo de Campanha – MG fez um discurso pedindo reforma agrária, este foi o primeiro pronunciamento de um importante líder da Igreja em prol da reforma agrária no Brasil. Um ano depois, em 1951 houve dois momentos importantes de defesa pela luta da reforma agrária: inicialmente três bispos nordestinos emitiram uma declaração sobre o problema da terra, depois foi a vez dos bispos e arcebispos do Brasil que publicaram o documento “A Igreja e o Vale do São Francisco” apoiando a causa. documento eles criticavam os proprietários rurais e denunciavam a situação dos trabalhadores rurais. Mas os documentos reformistas rejeitavam uma redistribuição radical das terras, acreditavam que o problema era a modernização e não a posse da terra. Estes documentos expressavam uma visão elitista e viam os camponeses como incapazes de desenvolver uma visão crítica de sua realidade (MAINWARING, 1989, p. 72-73).

Foi no período compreendido entre 1961 a 1964 que houve uma intensificação do envolvimento da Igreja com a reforma agrária. Neste período a Igreja Católica em todo o mundo expressava a preocupação de elaborar uma doutrina social moderna, e no Brasil acontecia a efervescência do debate sobre a questão agrária. A partir deste período as reflexões dos bispos brasileiros sobre a reforma agrária tornaram-se mais incisivas e iniciou-se o discurso em prol de uma reforma no campo, começou-se a pregar a necessidade de reformas mais significativas no campo para promover a justiça social. Antes pregaram que a modernização do capitalismo era a solução, agora a perspectiva reformista havia mudado, passando para o apoio a modernização com a redistribuição. (MAINWARING, 1989, p. 73-74).

As declarações do início da década de 1960 em prol da reforma agrária eram mais progressistas que as declarações da década de 1950, mas mesmo assim algumas limitações permaneciam, por exemplo, os prelados continuavam defendendo que o desenvolvimento econômico resolveria os problemas mais importantes dos camponeses. O medo da ameaça comunista fez com que a Igreja acreditasse na necessidade de promoção de reformas que satisfizessem as aspirações das classes populares, assim as tornariam menos suscetíveis as idéias comunistas. Assim a ameaça comunista conseguiu mudar as perspectivas da hierarquia da Igreja Católica no Brasil em relação a questão agrária. (MAINWARING, 1989, p. 74-77).

Antes de apresentar o modelo de Igreja Popular, destacaremos um dos importantes movimentos de leigos que possibilitou esta mudança, o movimento da Esquerda Católica.

1.3 A Esquerda Católica (1958-1964)

A Igreja Católica sempre manteve seu caráter hierárquico, e uma tendência em abafar os movimentos leigos, que ameaçassem este caráter. Todavia movimentos leigos e de base foram fortemente atuantes no período entre 1958 a 1964. A Esquerda Católica deste período foi um exemplo destes movimentos. Apontaremos a seguir o impacto destes movimentos na mudança da Igreja Católica brasileira.

1.3.1 Ação Católica (AC): a Juventude Universitária Católica (JUC) como exemplo deste movimento

A Ação Católica (AC), tal como ficou mais conhecida, é considerada um dos mais importantes movimentos de leigos na Igreja Católica do século XX. Os movimentos da Ação Católica, como próprio nome indica, estimulou os leigos a agir rapidamente, atuava em diversa frentes, como: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC). Nos especificamente mais na atuação da JUC. Estes movimentos da Ação Católica assumiram o cristianismo como força de

legitimação de sua opção política que subvertia a ordem estabelecida e propunha reformas de base. (ADRIANCE, 1996).

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi criada em 1930, como parte da Ação Católica (AC). Inicialmente a JUC era um movimento conservador, clerical, que objetivava cristianizar a elite. Após 1950, depois de uma reforma na AC o movimento tornou-se mais autônomo, passando a atuar mais no movimento universitário e na linha esquerda de política. No final da década de 1950 este movimento se radicalizou, o que o levou a ter sérios conflitos com a hierarquia da Igreja. Na Conferência Nacional de 1959, o movimento assumiu explicitamente como parte de seu compromisso evangélico uma responsabilidade pela ação política. Assim em 1960 a JUC já estava completamente envolvida com a esquerda brasileira. Assim este grupo exerceu grande influência sobre vários movimentos estudantis, além de movimentos pela educação e pela cultura. Atuaram na organização de camponeses, em associações de bairro (MAINWARING, 1989).

A afirmação de uma visão progressista da fé pelos membros da JUC, em 1961, fez com que alguns bispos, preocupados com os desafios a autoridade episcopal, assumissem a liderança de movimentos em oposição aos membros da JUC. Assim a direita católica atacava a JUC e os bispos mais moderados preocupavam-se com o radicalismo que o movimento estava assumindo. Em 1961 iniciou-se as represarias contra o movimento que em 1966 se dissolveu. (MAINWARING, 1989).

1.3.2 A Ação Popular (AP)

Criada em 1961 a Ação Popular (AP) foi um importante movimento católico. Ela representou um dos principais canais católicos para a atividade política dos católicos da esquerda no período compreendido entre 1961 a 1980. Este movimento expressava a vontade de alguns católicos de colaborar na criação de uma sociedade mais justa. Seus criadores, foram em grande parte, ex-militantes da JUC que após 1961 queriam criar um novo espaço, inspirado no cristianismo, mas que atuassem fora da Igreja, uma vez que se sentiram constrangidos por ela. Em poucos anos a AP se tornou uma das três mais

expressivas organizações de esquerda brasileira, ao lado do PCB e do PC do B. Atuavam no sindicalismo, na organização dos camponeses, e na educação popular. Este movimento também entrou em conflito com a hierarquia da Igreja Católica. Eles acreditavam que a revolução era a única forma de solucionar os problemas da sociedade. Defendiam a necessidade de superação do capitalismo e de implementação do regime socialista. (MAINWARING, 1989).

Militantes da AP chegaram a fazer treinamentos de guerrilha na China, faziam depósitos de armas e munições, porém, a AP não alcançou a fase de eclosão de Guerrilhas (GORENDER, 2003).

A Ditadura Militar exerceu forte repressão aos membros da AP. após o golpe o movimento se tornou clandestino, posteriormente sofreu uma rápida radicalização e a participação na luta armada. Em 1973, reduzido a um pequeno partido maoísta, a AP decidiu se dissolver e unir-se ao PC do B. A importância deste movimento dentro da Igreja Católica se deve ao fato de que no momento em que a Igreja fechava outros canais de participação dos católicos na esquerda, a AP representava uma nova possibilidade que independia da hierarquia. (MAINWARING, 1989).

1.3.3 O Movimento de Educação de Base (MEB)

A educação popular também recebeu a atenção dos católicos no Brasil, principalmente no início da década de 1960. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um dos mais significativos movimentos da Igreja Católica em prol da educação popular no Brasil. O MEB é reconhecido como um dos mais importantes movimentos que influenciaram a mudança na Igreja Católica no Brasil. Sua importância para a mudança na Igreja se deu no sentido de colaborar para o desenvolvimento de um novo modelo de trabalho junto as classes populares. Criado em 1961 o MEB era um movimento preocupado com a transformação da sociedade. Inicialmente foi um acordo firmado entre Estado e Igreja: o Estado financiou o projeto que foi executado pela Igreja Católica. A educação era vista como uma forma de conscientização, uma abordagem que encorajasse o povo pobre a enxergar os seus problemas como parte de um sistema social mais amplo. A inovação do MEB se residia nos procedimentos

metodológicos que visavam mostrar que o povo deveria ser o agente social de sua mudança. (MAINWARING, 1989).

Assim o MEB antecipou as práticas da Igreja Popular quando ressaltava a necessidade de se trabalhar a partir dos problemas concretos. Sua pedagogia era baseada nos pressupostos de Paulo Freire, que propunha uma troca de conhecimentos entre professor e aluno. No Estado de Goiás a atuação do MEB foi uma das mais atuantes, especialmente a atuação no município de Itauçu, que na época contava com o apoio do hoje sociólogo Carlos Rodrigues Brandão. (BORGES, 2005).

O MEB desempenhou um importante papel na luta camponesa, tanto no nordeste, quanto no centro-oeste brasileiro. Borges (2005) mostra o quanto sua atuação foi destacada no município goiano de Itauçu.

As inovações pedagógicas do MEB marcaram o desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil, ele foi a primeira grande tentativa da Igreja de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto a população carente, cujas práticas inverteram a tão tradicional exclusão do leigo nas decisões dentro da Igreja, e assim tornou-se uma das precursoras das assembleias arquidiocesanas que os bispos iniciariam nas décadas seguintes. Os membros do MEB foram duramente perseguidos pela Ditadura Militar, o que culminou com a prisão e tortura de vários deles. (BORGES, 2005).

O MEB, tal como os outros movimentos da esquerda católica acabaram por despertar uma reação entre militares, alguns membros da Igreja, e as classes dominantes, que alegavam estagnação econômica, desordem social e crescimento da esquerda. A bipolarização na política mundial, bem como a revolução cubana, acabaram por estimular um embate de idéias e posições. E assim, neste contexto conturbado, houve mudanças dentro da Igreja Católica no Brasil, mas houve também reações a estas mudanças. Por volta de 1964 havia graves conflitos internos na Igreja, havia dois extremos: o da esquerda católica, comprometida com a transformação social radical e os tradicionalistas, a direita católica, fiéis a concepção de fé católica tradicional. E foi esta direita católica que auxiliou na queda do presidente João Goulart, em 1964, bem como as pressões contra a esquerda católica e aos bispos progressistas. (MAINWARING, 1989).

1.3.4 As transformações que a esquerda católica promoveu na Igreja

No Brasil os movimentos da esquerda católica tornaram-se exemplos de mudanças vindas de baixo. O interessante é que ambos iniciaram através de iniciativas da hierarquia da Igreja, sendo patrocinados por ela, mas aos poucos foram adquirindo autonomia. A modificação do conceito e do papel do laicato na Igreja, foi uma grande contribuição dos movimentos da esquerda católica. Assim preparou o terreno para as experiências leigas com as classes populares que ocorreria nas décadas seguintes. A esquerda católica também introduziu uma nova compreensão da relação entre fé e política, vinculava a religião a transformação social. Assim a esquerda católica fez muito mais do que introduzir o pensamento social europeu na Igreja Católica, pois adequou as idéias européias as condições brasileiras, e assim pode se desenvolver uma nova concepção de Igreja. (MAINWARING, 1989).

Tudo isto fez com que a esquerda católica ganhasse o título de precursora da Teologia da Libertação no Brasil. Os jovens que atuaram nos diversos movimentos da esquerda católica não reduziram sua fé a ação política, nem mesmo colocaram Marx a frente de Jesus Cristo, mas sim acreditaram que a fé exige um compromisso de criar um mundo mais justo. Além do mais a atuação destes jovens católicos acabou influenciando a percepção de muitos bispos, padres e agentes de pastoral, como D. Helder Câmara, D. José Maria Pires, D. José Távora, D. Fernando Gomes dos Santos, de Goiás, entre outros (MAINWARING, 1989).

Além de trazer as idéias do pensamento social europeu para a Igreja brasileira, a esquerda católica adaptou-as às nossas condições históricas, desenvolvendo uma nova concepção de ritual na missa católica, além de desenvolver uma das primeiras teologias latino-americanas. Este papel da Igreja Católica, de precursora da teologia da libertação, foi uma inovação importante, infelizmente, poucos autores fazem referência a isso. É vital destacar que esse movimento da esquerda católica brasileira constituiu um dos fatores singulares no desenvolvimento da Igreja brasileira, tornando-a mais progressista que as outras Igrejas latino-americanas. Esses movimentos, sem

dúvida, deixaram um legado importante, e muitos de seus membros tiveram participação ativa no trabalho das CEB's, no sindicalismo e em partidos políticos representantes das classes populares nas décadas de 1970 e 1980 (BORGES, 2005).

1.4 A Igreja Popular (1964-1980)

A experiência democrática brasileira, experimentada através dos movimentos da esquerda católica, foi reprimida pelo golpe militar, que ocorreu no dia 31 de março de 1964. No período compreendido entre 1964 a 1968 alguns movimentos que permaneceram, mesmo sob a tutela da Igreja tiveram que atuar na clandestinidade. Todavia o AI nº 5, foi uma medida repressiva, uma declaração de guerra contra os movimentos de esquerda, assassinando centenas de políticos e milhares de torturas contra líderes de movimentos. Mesmo com a repressão rápidas mudanças ocorreram na Igreja Católica no período compreendido entre 1968 a 1973, houve neste período um conjunto de mudanças tanto na política, quanto na sociedade brasileira, além de mudanças na Igreja Internacional, que continuou a encorajar a renovação eclesial. Em 1968 a reunião em Medellín. Era uma tentativa de compreender o papel da Igreja diante das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade latino-americana. Assim ela se tornou uma mola propulsora da Igreja Popular no Brasil, ao conectar a relação entre fé e justiça e a importância de se criar comunidades eclesiais de base (CEB's), que na época eram poucas. (MAINWARING, 1989).

Outra grande contribuição de Medellín foi o estímulo a Teologia da Libertação. Assim entre 1968 a 1973 foram escritas as primeiras obras sobre Teologia da Libertação, pelos brasileiros Hugo Assman e Leonardo Boff, e pelo peruano Gustavo Gutiérrez, obras que são consideradas clássicas sobre a temática. (MAINWARING, 1989).

Todavia foi somente no período compreendido entre 1974 a 1982 que a Igreja Popular brasileira adquiriu importância no cenário do catolicismo internacional, como a Igreja mais progressista do mundo. Este foi o período de desenvolvimento da Igreja Popular no Brasil. Aos poucos a Igreja ia vinculando

a fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres. A partir de 1972 as CEB's começaram a se multiplicar rapidamente até o ano de 1982 quando as pressões da parte de Roma reverteram esta tendência.

As CEB's se gestaram em pleno regime ditatorial no Brasil, momento em que as formas de expressão eram bloqueadas, que sindicatos tinham sido fechados, líderes religiosos e políticos mortos ou torturados. Assim as CEB's se tornaram de fé e ação. Apoiadas na preferência pelos pobres e na Teologia da Libertação, as CEB's mostrou aos pobres que são eles que deveriam criar e desenvolver suas próprias organizações para a busca de justiça, libertação e comunhão. Isto baseado nas conclusões das conferências episcopais de Medellin (1968) de Puebla (1979) e da sétima reunião ordinária do Conselho Permanente da Doutrina da CNBB (1982). (BALDISSERA, 1987).

Existem algumas diferenças entre a Igreja Popular e a Igreja Reformista. Ambas se preocupam com a justiça social e com a comunidade, mas a Igreja Popular postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical, além disto, aqui o laicato tem uma participação mais efetiva e significativa, quer seja nas cerimônias, quer seja nas tomadas de decisões da Igreja. Tanto os progressistas quanto os reformistas demonstram o apoio aos pobres, todavia os progressistas tiveram uma prática mais voltada a esta teoria, através de apoio aos movimentos populares. (MAINWARING, 1989).

Uma mudança significativa trazida pela Igreja Popular é a da percepção da relação entre a salvação e a sociedade secular, uma vez que ela concebia a salvação somente se completava após a morte, mas que deveria se iniciar na Terra, pelo esforço de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (MAINWARING, 1989).

Após uma onda de assassinatos de padres e líderes religiosos a CNBB emitiu um documento em setembro de 1976 denominado "Comissão Pastoral ao Povo de Deus" através do qual condenava a repressão contra a Igreja, além da violência do regime militar, das injustiças sofridas pelas classes populares, da impunidade à violência da direita, e da injusta distribuição de terras. Em março de 1977 a CNBB aprova outro documento importante "Exigências Cristãs de uma Ordem Política". Através deste documento exigia-se que o Estado assumisse sua responsabilidade em defesa dos direitos humanos bem

como na promoção do bem comum. Este foi considerado um dos documentos mais progressistas da Igreja. (MAINWARING, 1989).

1.4.1 Década de 1980: neoconservadores começam a criticar a Igreja Popular

Até 1980 o Vaticano pouco fez para refrear a Igreja Popular brasileira. Quando visitou o Brasil em 1980 o Papa João Paulo II até apoiou a opção preferencial pelos pobres. Todavia após 1980, o Vaticano começou a tomar medidas que visavam limitar as mudanças na Igreja no Brasil. Em dezembro de 1980 o papa envia uma carta episcopal aos bispos brasileiros proibindo o envolvimento da Igreja nas questões sociais. Esta carta sinalizava a tendência de limitar a atuação da Igreja Popular. Neste mesmo ano o Papa exige que dom Evaristo Arns explique o papel da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC. O Papa começa a apoiar a linha neoconservadora do bispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales. Em março de 1982 o vaticano divulgou um documento proibindo o envolvimento do clero em associações políticas e sindicatos. (MAINWARING, 1989).

A Teologia da Libertação começou a sofrer ataques da CELAM e de Roma desde a eleição de João Paulo II. A Comissão Teológica Internacional divulgou, em 1977 uma declaração contrária as versões reducionistas da Teologia da Libertação. O II Congresso Ecumênico Internacional da Teologia, ocorrido em São Paulo no ano de 1977, sofreu sanções do Vaticano, que pressionou alguns bispos para não participarem do evento. Todavia em 1982 o ataque a Teologia da Libertação pelo Vaticano foi mais explícito, através da publicação de diversos trabalhos criticando acerbamente o teólogo Leonardo Boff. Em setembro de 1984 a Teologia da Libertação sofreu outro ataque, o teólogo brasileiro Leonardo Boff é convocado a ir a Roma defender suas publicações, e após vários meses de deliberações o Vaticano, em maio de 1985, condenou Leonardo Boff ao silêncio, por tempo indeterminado. Este ato foi visto como uma advertência a todo o setor progressista da Igreja Católica na América Latina. A condenação estimulou a ataques contra toda a ala da Igreja Progressista no Brasil. O irmão de Leonardo Boff, o também Teólogo Clodovis

Boff também foi igualmente punido, ele foi proibido de lecionar em Roma, em março de 1984. O atual Papa, Joseph Ratzinger, em setembro de 1984, que encabeçava a Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé, emitiu, através da Congregação, um documento que não condenava explicitamente a Teologia da Libertação, todavia, fazia críticas severas a mesma. Em março de 1984 João Paulo II condenou os elementos marxistas na Teologia da Libertação. O conflito mais significativo que a Igreja Brasileira sofreu foi os ataques ao teólogo Leonardo Boff. A partir de então os setores conservadores da Igreja foram assumindo cada vez mais um espaço maior na Igreja Católica no Brasil. (MAINWARING, 1989).

A partir da década de 1980 acentuou-se as críticas dos neoconservadores à Igreja Progressista, sinônimo de Igreja Popular. Obviamente a maior crítica era em relação a Teologia da Libertação, também às práticas eclesiais e o papel das comunidades eclesiais. Assim os pontos mais enfatizados nas críticas eram: a relação entre fé e política e as relações de autoridade dentro da Igreja. Sintetizando pode-se resumir as críticas em 4 pontos: inicialmente os neoconservadores acusam os progressistas de desenfatarem a espiritualidade. Para eles, a essência da espiritualidade é a relação pessoal que se tem com Deus, e o problema principal do mundo era o pecado e a libertação mais importante era a do pecado e não da injustiça sócio-econômica; o segundo ponto atacado pelos conservadores foi a opção preferencial pelos pobres. Para os neoconservadores os progressistas tornaram esta opção exclusiva, negligenciando as demais classes sociais, e que assim estavam obscurecendo assim a fonte da fé, Jesus Cristo. Para alguns conservadores a opção preferencial deve ser pelos pobres de fé e não os pobres economicamente; a terceira crítica aos progressistas é a do papel do laicato, os neoconservadores defendiam a necessidade de se ter uma Igreja mais hierárquica, alegavam que a Igreja Progressista tinha ofuscado as linhas de autoridade. (MAINWARING, 1989).

A crise na Igreja Popular vem de duas fontes: da fonte social e eclesial. A origem social da crise é exógena, não nasceu de dentro da Igreja Popular, e sim da sociedade neoliberal, com a globalização os militantes ficaram sem utopia de realização visível no horizonte histórico. A luta pela

sobrevivência foi se impondo a luta coletiva. A fonte eclesial da crise já foi abordada, a conjuntura de refluxo que foi imposta sobre a Igreja Popular pelo Vaticano, que estimulou o fortalecimento de novos movimentos eclesiais que, ao promoverem uma mística intimista, que não prioriza o social. (BOFF, 1997).

Diante do exposto fica confirmado que a presença da Igreja Católica na política no Brasil tem sido marcante no período compreendido entre 1916 a 1985. Até 1964 foi vinculada ao Estado e as classes dominantes. No período de maior repressão da Ditadura Militar (1968 – 1974) foi a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime e defender os direitos humanos.

2 MARXISMO E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Este item do artigo tem como objetivo mostrar o contexto histórico da Igreja Católica na sua formação teórico-teológica como um todo e levando a um intertexto de como chegou a discussão sobre a Teologia da Libertação no decorrer dos tempos e se é possível uma diálogo a cerca do marxismo esta corrente teórica no qual a Igreja Combateu por tanto tempo.

2.1 Teologia da Libertação

Muito se tem produzido sobre a Teologia da Libertação que também se expressa como Teologia da América Latina esta expressão surgiu em resposta aos graves problemas sociais do continente. Por muito tempo a religião cristã tratou da miséria apenas para amenizá-la nunca para extingui-la. O cristão que estava no poder ou dispunha do suficiente para viver bem de acordo com sua posição devia fazer caridade. O pobre que passava necessidade devia simplesmente 'aceitar a sua condição nesse mundo governado por Deus e acolher agradecido o dom que lhe era feito'.

Este pensamento se retoma desde a Idade Média quando a Igreja justifica a sociedade estamental feudal quem não aceita sua condição no estamento está se rebelando contra a hierarquia instituída por Deus e conseqüentemente terá o inferno como recompensa no qual este foi feito por

Deus para se a prisão eterna do diabo já que este também se rebelou contra a hierarquia celestial criada por Deus.

Com Leão XIII eleito papa em 1878 começa uma nova era a principal orientação do pontificado foi restaurar o prestígio religioso da Igreja Católica que havia abaixado a zero. A primeira preocupação de Leão XIII foi renovar o clero. Para consegui-lo rapidamente o papa apelou para as congregações religiosas essas companhias que podiam se movimentar com facilidade pois se baseavam na dedicação total e a obediência cega às disposições dos superiores hierárquicos principalmente quando solicitados pelo Soberano Pontífice.

Contudo é importante observar que Leão XIII não e dialéticos alimentou a mentalidade de prisioneiro do Vaticano como seus antecessores. Aceitou a condição de preso mais abriu a janela para o mundo. Passou a escrever encíclicas que são cartas dirigidas a toda a Igreja para a orientação de todos os cristãos e até mesmo de todos os homens. Uma dessas encíclicas de Leão XIII a *Rerum novarum* pode ser considerada o germe da Teologia da Libertação. Em primeiro lugar tocou num assunto chave; a posição da Igreja em face a massa dos trabalhadores oprimida pelo capitalismo a *Rerum Novarum* desde 15 de Maio de 1891. cinqüenta anos do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels que é de 1848. Em segundo lugar a *Rerum novarum* é importante pelos movimentos que se deu origem empenhado os cristãos num tipo de ação que acabará tendo uma espécie de efeito bumerangue isto é transformar a própria Igreja.

Em termos históricos pode se dizer que a *Rerum novarum* trazia em seu bojo a Teologia da Libertação. Apesar das aparências as idéias de Leão XIII eram explosivas sobretudo quando colocadas num contexto social como o da América Latina. Não é a toa que ele foi chamado de 'papa vermelho' pelos homens mais lúcidos nos dois campos. Mas *Rerum novarum* demorou e chegar aqui.

O que é a *Rerum novarum*? É antes de tudo um apelo concreto dirigido aos cristãos para empenharem efetivamente na solução da questão social. A Igreja não são mais bispos e os padres mas todos os cristãos é um apelo concreto isto é reclama-se do cristão não um determinado

comportamento a ser dotado para salvar a alma ou ganhar o céu. Os cristãos são chamados a uma tarefa concreta imediata histórica nesse mundo combater por uma sociedade mais justa. A Igreja de certa maneira sai da sacristia não para ir ao palácio mas para se interessar pela luta do povo que subsiste graças a remuneração que consegue obter por seu trabalho. A religião havia sido acusada de ser ópio do povo. Leão XIII não compartilhava com a opinião de Marx.

As preocupações da hierarquia católica eram outras. O mérito de Leão XIII foi perceber que o mundo estava mudado e era indispensável para a Igreja estar em uníssono com sua época. Neste trabalho acadêmico proponho que se considere um certo numero de movimentos que caracterizam os últimos séculos da história da Igreja e condicionam a eclosão da Teologia da Libertação. A doutrina social da Igreja em lugar de ensino dogmático ou acadêmico promoveram-se convênios reuniões 'semanas' em que padres e leigos sociólogos e teólogos professores de universidades e missionários no meio popular punham-se a discutir de igual a pesquisar e elaborar uma proposta cristã de sociedade. Por outro lado sentados em torno da mesa tomavam consciência de que barreiras hierárquicas eram secundarias. A doutrina social da Igreja foi um movimento indispensável da evolução em curso passando da teologia tradicional á teologia da libertação.

A ação católica nasceu precisamente no meio operário com a Juventude Operária Católica a JOC. Coube a Pio X 1922 -1939 dar um impulso maior e sistematizá-la. A grande contribuição da ação católica foi sua metodologia; ver julgar agir. Reformula-se a pedagogia cristã. Conhecida a realidade do mundo e a significação que efetivamente lhe é conferida no meio em que vivemos a diversidade dos 'meios' impressionou e diversificou as pastorais – é preciso julga-la á luz da significação evangélica. Contatava-se quão longe do Evangelho se estava não só meio operário mas também no meio burguês e universitário. Os movimentos da ação católica como próprio nome indica estimula os leigos a agir rapidamente porem sobretudo os movimentos da juventude estudantil a JEC universitária a JUC operaria a JOC se deram conta de que é impossível evangelizar a injustiça e a opressão.

Outro ponto de referencia que não pode ser deixar de ser considerado é a crise da civilização que o mundo globalizado atravessa a várias décadas. Por exemplo a crise de 1929 que pós em xeque a estrutura do mundo capitalista e esvaziou para sempre os universal mitos do progresso continuo e da felicidade universal pelo livre desenvolvimento da atividade econômica.

A Segunda Grande Guerra foi outro golpe desfechado contra as esperanças de paz alimentadas pelos acordos formais entre as potencias coloniais. Seguiu se o período da Guerra Fria.

A peculiaridade de Guerra Fria era a de que em termos objetivos não existia perigo eminente de guerra mundial. Mais que isso apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados mas sobretudo do lado americano os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição de forças no fim da Segunda Guerra Mundial que equivalia a um equilíbrio de poder desigual não contestado na sua essência. (HOBSBAWM, 2001).

O mundo passou a viver um estado endêmico de Guerra com perigoso de e mortíferos conflitos localizados na Coréia no Vietnã e tanto outros. Esse desamparo do ocidente contribuiu para a transformação da Igreja o Catolicismo foi aos poucos se transformando num cristianismo de autenticidade pessoal único valor capaz de sobreviver ao desastre cósmico. A teologia das doutrinas e das idéias cedeu lugar ao testemunho da fé engajada dando origem a um novo universo de significações que reclamava uma nova teologia. Por outro lado a guerra nivelou os homens na miséria.

Alem de fomentar a criação de inúmeras universidades católicas e faculdades de teologia Leão XIII consagrou-lhe a importância encíclica *Aeterni patris* 1879 que se tornou a carta magna da restauração dos estudos de teologia. Criou-se na Igreja uma contemporaneidade de diversas teologias que ajudou a perceber a realidade de todas elas a historicidade de toda teologia.

Toda teologia é feita na historia num determinado contexto cultural e responde a luz do evangelho ás questões ligadas á significação da vida e do mundo colocadas por esta cultura. Assim também a Teologia da Libertação no contexto latino americano do mundo de hoje.

As teologias do passado nos são úteis. Mas não podemos ficar presos a elas se quisermos ser fieis ao nosso tempo aos homens nosso irmão que participamos da mesma aventura histórica. Francisco Catão (1989) na obra “O que é Teologia da Libertação” considera que três grandes formas de teologias passaram a coexistir na Igreja. A Teologia apologético-dogmática, que procura fazer defesa da fé \apologia\ estabelecendo como base sólida nos documentos da revelação \chamados lugares teológicos\ aquilo que se deve obrigatoriamente crer \dogmas\ ela se faz evidentemente parte de uma mentalidade religiosa de conjunto que se identificou uma certa época com a Igreja Católica Romana e que ainda persiste quando não é conservada até certo fanatismo por grupos tradicionalistas.

A Teologia doutrinária que busca tanto estabelecer autoritariamente o que se deve crer como compreender o que se crê captar o alcance da verdade da fé e penetrar na coerência interna das significações que o evangelho confere a vida a visão de mundo nele inspirada. Foi a teologia praticada na Idade Média. Tem suas raízes em 430d.C mas floresceu admiravelmente nos séculos XII e XIII em que brilhavam as figuras de São Bernardo de Claraval 1193 de São Tomás de Aquino 1274 e de São Boaventura 279. Na Idade Média a teologia doutrinária conseguiu este maravilhoso amalgama da cultura Greco-romana que havia dado uma nova sigificação. Convertia-se Platão batizava-se Aristóteles havia uma continuidade perfeita entre visão de mundo \cosmologia\ a concepção de homem \antropologia\ e sua significação transcendente \metafísica ou teologia (CATAO, 1989).

As teologias patrísticas. No plural porque são varias e sempre o foram desde o inicio. Os padres não eram teólogos de gabinete assessores nas cúrias episcopais o professores de universidade. Eram na maioria bispos pastores. Tinham a obrigação e função pregar o evangelho isto é deviam dar uma significação cristã a vida dos homens do seu tempo. Ser cristão não quer dizer ter uma mesma mentalidade uma mesma cultura uma mesma posição política. É difícil entender que um cristão possa ser fascista até o fim mais os há como também os que são marxistas até o fim. (CATAO, 1987).

2.1 Pós Guerra e as Novas Teologias

No ambiente teológico que predominava a mentalidade dogmático-apologista a teologia se fazia de cima para baixo a partir de documentos da fé. Era uma forma autoritária de fazer teologia. Com o desenvolvimento dos estudos históricos e a tomada de consciência da relatividade das teologias começa-se fazer teologias de baixo pra cima; empossando o espírito natural do espírito humano que quando que guiado pela luz do evangelho vai ao poucos descobrindo a significação do mundo e da vida e a partir dos dois mil anos chamados Jesus. Adivinhando quem é aquele de quem o homem é imagem o Pai de quem Jesus é Filho e o Espírito que anima

Desde o início da humanidade o homem seguiu este caminho quando procurou um sentido para sua vida e praticou a religião. Só que agora com o desenvolvimento dos estudos históricos das ciências especialmente das ciências humanas e da antropologia o homem que procura sentido é praticamente um outro homem.

A Bíblia por exemplo pode ser lida de muitas maneiras. A teologia dogmática a encara como um documento da fé. Um lugar teológico e nela procura argumentos para defender suas próprias teses a teologia dogmática acaba substituindo a Bíblia pelo catecismo na mão do povo e reservando uma leitura aos especialistas. Hoje em dia esta atitude se tornou inadmissível. A Bíblia voltou a ser de todos.

A Bíblia é uma primeiro esforço de compreensão feito pelos homens que foram testemunhas da iniciativa divina efetivamente tomada na historia que culminou com o envio de seu próprio filho Jesus e do dom do Espírito feito a todos aqueles que acreditam.

O Concílio do Vaticano foi convocado no natal de 1961 pela constituição apostólica *Humane Salutis* de João XXIII reuniu-se quatro anos seguidos em quatro sessões de dois dias a quatro meses cada uma e publicou uma serie de documentos. Esses documentos não são de leitura fácil como todo texto que brota de uma assembléia e exprime uma formula de consenso entre correntes as vezes bem diversas. O concilio é o ponto de referencia fundamental para a teologia da libertação. O concilio abandonou explicitamente

uma eclesiologia de poder \concepção da Igreja fundada na hierarquia\ para adotar uma eclesiologia da comunidade em que a Igreja é concebida como uma comunidade dos cristãos que se reúnem em cada lugar do mundo através da historia procurando exprimir em sua vida em sua palavra o sentido do Dom de Deus feito a todos os homens em todas as línguas e culturas.

A grande maioria dos padres conciliares passou a pensar a igreja como uma comunidade de fieis que mantendo a própria identidade adota a linguagem e o modo de ser dos homens para conduzi-los todos a cristo. A Igreja ao confronto entre correntes progressistas que consideram o texto do Vaticano II completamente anacrônico e outras correntes que sugere o retorno as posições de Trento e concilio do Vaticano I. A discussão a que se assiste hoje na Igreja é muito mais profunda e muito mais sutil. As insustancias oficiais tendem naturalmente a se colocar numa posição de Igreja para o mundo enquanto teólogos mais avançados como acontece com a Teologia da Libertação.

2.3 Contexto Latino-Americano do surgimento da Teologia da Libertação

Os anos de 1960 foram uma época de confrontos. Internacionalmente o mundo vivia a Guerra Fria ou seja, a disputa entre os Estados Unidos, que comandavam o bloco capitalista e defendiam em linhas gerais a existência da propriedade privada particular do livre comércio e a democracia liberal, com pluralidade de partidos liberdade de imprensa; e do outro lado a União Soviética, líder do bloco socialista comunista, que desejava, a grosso modo, uma economia controlada pelo estado e a existência de um partido único. Como as duas superpotências tinham enormes arsenal de armas nucleares não entravam em confronto diretamente, embora usassem ajudassem e interferissem em outros países para derrotar o adversário.

Dessa forma a América Latina foi uma área que não escapou a Guerra Fria ainda que estivesse há décadas sob a influencia dos EUA eram comum as invasões de tropas norte-americanas no continente ou apoio a golpes objetivando derrubar governos que de alguma forma contrariassem os interesses das autoridades e empresas dos Estados Unidos. Essas

intervenções aumentaram ainda mais na Guerra Fria principalmente após a Revolução Cubana de 1959 quando um grupo de guerrilheiros liderados por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara tomou o poder do país caribenho anos depois se alinhando a URSS para fúria norte-americana.

Nesse sentido visando a evitar a propagação do comunismo ou adoção de medidas que contrariassem o governo norte-americano nos anos de 1960 e 1970 começou a apoiar os setores das sociedades latino-americanas, as chamadas direitas, visando a instalação de regimes autoritários que conservassem seus interesses da ordem capitalista. Não por acaso naquelas décadas quase todos os países da América do Sul estavam sob o comando de ditaduras militares. Enfim, nas décadas de 1960 e 1970 a maioria das nações latino-americanas foram vítimas de golpes militares, desfechados para assegurar a predominância dos interesses norte-americanos capitalistas, golpes que demoliram as economias desses países em nome da democracia e contra o avanço da ameaça comunista em tempos de Guerra Fria.

Despertados pela necessidade de denunciar a injustiça e a opressão como causa da miséria e sustentados pela Bíblia, os teólogos foram buscar nas ciências modernas, especialmente na economia, os elementos para melhor analisar os mecanismos de dominação. O marxismo teve aqui seu peso e deu indiscutivelmente sua contribuição. Na década de 1960 o dialogo entre cristãos e marxistas se fazia em todo mundo. (CATÃO,1987).

A base para se compreender o marxismo é a análise do materialismo histórico, teoria que aplica os princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica é a explicação da história por fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. Marx inverte o processo de senso comum que explica a historia pela ação dos grandes vultos ou as vezes até pela intervenção divina. Para o marxismo no lugar das idéias estão os fatos materiais no lugar dos heróis a luta de classes. Em outras palavras embora possamos tentar compreender e definir o ser humano pela consciência pela linguagem religião o que fundamentalmente o caracteriza é a forma pela qual reproduz suas condições de existência. (CATÃO,1987).

Portanto para Marx a sociedade se estrutura em níveis. O primeiro nível, ele denominou de infra-estrutura, que constitui a base econômica e

determinante, da sociedade. Engloba as relações do ser humano com a natureza no esforço de produzir a própria existência e as relações dos indivíduos entre si ou seja as relações entre proprietários e não proprietários e os meios e objetos de trabalho.

O segundo nível é o político-ideológico, chamado de superestrutura, que é representado pelo estado e pelo direito. Segundo Marx a relação de exploração de classe, no nível econômico, repercute na relação de dominação política porque o Estado e as leis estão a serviço da classe dominante; pela estrutura ideológica referentes as formas da consciência social tais como religião as leis a educação a literatura a filosofia a ciência a arte. Assim, segundo a teoria marxista a classe dominada se submete a ideologia porque sua cultura reflete as idéias e os valores da classe dominante.

Exemplifico como infra estrutura comparando com valores de dois diferentes períodos da história. A moral Medieval valoriza a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra bem como a fidelidade base do sistema de suserania e vassalagem do ponto de vista do direito em um mundo cuja a riqueza é a posse de terras, no mundo medieval o empréstimo a juros é considerado imoral e ilegal. Já na Idade Moderna, com o advento da burguesia, o trabalho é valorizado e conseqüentemente critica-se a ociosidade a legalização do sistema bancário por sua vez exige a revisão das restrições morais aos empréstimos. A religião protestante confirma os novos valores por meio da doutrina da predestinação ao considerar que o enriquecimento um sinal da escolha divina.

Conforme os exemplos as manifestações da superestrutura, no caso moral e direito, são determinadas pelas alterações da infraestrutura, decorrentes da passagem econômica do sistema feudal para o capitalista. Portanto para se entender a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem imaginam ou pensam e sim da forma como produzem os bens materiais necessários a sua vida. Analisando o contato que tais indivíduos estabelecem com a natureza para transformá-la por meio do trabalho e relações entre eles é que se descobre como produzem a vida e suas idéias.

Ao analisar o ser social Marx desenvolve uma nova antropologia segundo o qual não existe natureza humana idêntica em todo tempo e lugar. Como existe decorre do agir o individuo se autoproduz a medida que transforma a natureza pelo trabalho uma ação coletiva a condição humana depende da consciência que antecipa a ação pelo pensamento a dialética pensa-agir.

Marx chama de práxis a ação humana transformadora da realidade. Nesse sentido o conceito práxis não se identificar propriamente com a prática. Isto é, ao mesmo tempo que a consciência também a ação humana é projetada refletida conscientemente. Por isso a filosofia marxista é também conhecida como filosofia de práxis.

Durante muito tempo, acreditou-se que a compreensão da teoria marxista, e sua prática, seria capaz de aniquilar o capitalismo e consequentemente todas as injustiças sócias decorrentes da exploração do trabalho. A Teologia da libertação surge quando este caloroso debate se faz presente em todas as academias do mundo. O marxismo é uma ponte de ligação entre o lucro e a exploração do trabalho. Sendo assim a Teologia da Libertação é a resposta a problemática pastoral da igreja especialmente colocada no contexto latino americano em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do evangelho e uma antecipação ao reino de Deus. Resposta que não tem nada de simples. Supõe uma elaboração teológica de certa complexidade e ate hoje suscita polemica. Procuro examiná-la como foi proposta pelos principais teólogos.

2.4 Teologia da Libertação: segundo Gustavo Gutierrez

A obra do peruano Gustavo Gutierrez “Teologia da Libertação – Perspectivas”, publicada pela primeira vez em 1971, é considerada um marco, um salto quantitativo na teologia latinoamericana. O livro apresenta três pontos principais: a percepção do subdesenvolvimento da América latina, não mais

como atraso, e sim como subproduto do desenvolvimento de outros países, ele fala de países oprimidos e países dominantes; ele define a teologia como uma reflexão crítica sobre a práxis, que cumpre uma função libertadora do homem e da comunidade cristã.

Para o peruano Gustavo Gutierrez (2000) a Teologia da Libertação é intimamente ligada a uma nova presença daqueles sujeitos que sempre estiveram ausentes de nossa história, e que pouco a pouco foram se tornando sujeitos ativos de seu próprio destino. Para o teólogo a opção preferencial pelos pobres impulsionou esta tomada de posição da Igreja em favor da libertação dos pobres.

Para o autor a conjunção de dois fatores: o núcleo de reflexão bíblica e a aspiração dos povos sofridos da América Latina, levou a discussão e a prática da libertação em Jesus Cristo. Esta teologia não se limita a pensar o mundo, mas luta pela construção de uma nova sociedade, mais justa e humana.

2.3 Teologia da Libertação: segundo Leonardo Boff

Sem sombras de dúvidas Leonardo Boff é um dos maiores expoentes sobre a Teologia da Libertação. É respeitado pela sua história de defesa pelas causas sociais e atualmente debate também questões ambientais. Sua principal obra O livro Igreja: carisma e poder não é um livro unitário, mas recolhe uma série de ensaios elaborados por Leonardo Boff ao longo dos anos 70 e início de 80 e que foram publicados em diversas revistas teológicas nacionais e internacionais. Dos treze artigos que acompanham esta coletânea de ensaios, apenas dois eram inéditos na ocasião da publicação, e um deles parte da tese de doutorado do autor, defendida na Alemanha em 1970 e publicada em livro em 1972.

Este ex-clérigo, doutor em Filosofia e Teologia na Universidade de Munique, tem em seus questionamentos a respeito da hierarquia da Igreja, expressos em seus pensamentos já publicados. O livro Igreja: Carisma e Poder deu de presente um processo junto à Congregação para a Doutrina da Fé, sob

a direção de Joseph Ratzinger, hoje então Papa Bento XVI, em 1985 foi condenado a um ano ao silêncio obsequioso.

Para entendermos o significado da Teologia da Libertação segundo Leonardo Boff é necessário que a reestruturação da Igreja Católica deve se brotar através das bases ou seja com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assim pudesse estabelecer maior participação dos pobres e dos leigos. No Campo teórico ele fornece uma expressão teológica articulada da irrupção de um novo modo de ser Igreja, que ficou conhecida internacionalmente de *eclesiogênese* e que ganha vida na experiência das CEBs. Boff aplica esse termo como reinvenção da Igreja.

A teologia da libertação viu na Igreja dos pobres a fidelidade mais singular à pessoa de Jesus Cristo. Nela, se encontra um Deus que ouve o clamor do povo (Ex 3,7b), essa experiência eclesial se tornou a base prática para sua sustentação teológica. (BOFF, 2011).

Podemos perceber a unidade dos pobres desta Igreja, nela se expressa os pobres como sujeitos ativos desta realização histórica com todos os percalços que a situação de pobreza os coloca. Quando a Igreja se expõe a ouvir as mazelas pelas quais passam os pobres, a enxergar o exemplo de fé que é a vida deles, ela realiza o milagre de socializar que o núcleo da fé é algo que não se divide, anuncia-se. Não se trata de uma predileção de ordem social. Trata-se, sobretudo, de uma unidade com todas as instituições e pessoas de bem, agora de um formato macro, que tem os pobres como fio condutor da ligação com o Ressuscitado (BOFF, 2011).

Ainda dentro desta perspectiva a Teologia da Salvação segundo Leonardo Boff e seu irmão Clodovis Boff no Livro Como Fazer Teologia da Salvação que a melhor maneira de evangelizar os pobres consiste em permitir que os próprios pobres se façam Igreja e ajudem a toda Igreja a toda Igreja a ser realmente uma Igreja pobre e de pobres. Em razão disso, começaram a surgir, um pouco por toda parte, na América Latina milhares de Comunidades Eclesiais de Base, círculos bíblicos e uma verdadeira pastoral popular. Nessas comunidades os cristãos vão se descobrindo a *comunhão* como valor teológico estruturador e estruturante da Igreja. Mais que uma Igreja-instituição, organizada como uma sociedade perfeita e estruturada piramidalmente, a

Igreja deve ser a comunidade dos fiéis que vivem em relações fraternas de Participação, de amor e de serviço. Nestas comunidades se propicia melhor o encontro entre fé e vida, evangelho e sinais dos tempos, captados comunitariamente, a superação do anonimato das grandes paróquias e o testemunho mais transparente do compromisso cristão. Foi assim que surgiu uma vasta rede de comunidades eclesiais de base dentro da qual se encontram cardeais, bispos, sacerdotes, a vida religiosa e as várias expressões do laicado. (Leonardo e Clodovis Boff. Ano, p. 84 e 85)

2.4 Teologia da Libertação: segundo Jung Mo Sung

Nascido na Coreia em 1957, mudou-se para o Brasil com sua família em 1966. Graduou-se em Filosofia pelas Faculdades Associadas de Ipiranga (1984). Concluiu o mestrado em Teologia Moral em 1993 pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, com a dissertação: *A idolatria do capital e a morte dos pobres*. Obteve o título de doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo em 1993, com a tese: *Economia: um tema central e quase ausente na Teologia da Libertação*. Os estudos de pós-doutorado em educação foram concluídos em 2000 na Universidade Metodista de Piracicaba.

Desde 1994 é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/Universidade Metodista de São Paulo, onde pesquisa os temas Teologia-Economia-Educação. É professor dos cursos de Teologia, Teológico Pastoral, Especialização em Pastoral no Contexto Urbano e Especialização em Aconselhamento Pastoral.

As perspectivas do cristianismo de libertação transcendem os compromissos sociais assumidos pela Igreja e pelos cristãos que almejam um mundo mais justo. Mesmo vivendo em uma situação socioeconômica globalizada, a situação dos mais fracos e oprimidos ainda está aquém das necessidades básicas para uma vida digna e igualitária.

a teologia tem um papel importante a cumprir na sociedade. Podemos dizer que a crítica pela teologia da fascinação da idolatria do mercado é um papel ou uma contribuição importante a dar no

espaço público da sociedade e do debate acadêmico (MO SUNG, ano. p.).

Em uma entrevista a IHU-Online o Teólogo dia o seguinte a cerca da Teologia da Libertação: u penso que é fundamental retomarmos as novidades fundamentais da Teologia da Libertação – TdL que a diferenciaram de outras teologias políticas ou progressistas da época. A principal novidade da TdL não consistiu em falar dos pobres ou da inserção política dos cristãos na sociedade, mas na sua “ruptura epistemológica”, na sua metodologia e princípios teóricos que norteiam o fazer teologia.

O primeiro elemento desta ruptura foi a relação práxis/teologia. A TdL se propôs a fazer sua reflexão teológica a partir e sobre problemas das práxis de libertação. A TdL não quis reler todos os tratados teológicos a partir dos pobres – como alguns pensam ainda hoje –, mas refletir e dar respostas e pistas de ação para perguntas que vinham das lutas diante de uma realidade tão injusta. Infelizmente, muitos dos livros considerados de TdL não explicitam qual problema ou pergunta que surge da realidade e das práticas que estão tentando elucidar.

O segundo elemento foi a ruptura com a noção de que existe uma abordagem universal ou neutra na busca da verdade ou das verdades na teologia ou em outras áreas de saber. A opção pelos pobres, além de ser uma opção que norteia a condução das práticas pastorais, é uma afirmação de que, em situações de opressão, não há um ponto de vista neutro ou universal para interpretar a realidade e a fé; e que a perspectiva bíblica é a perspectiva dos pobres ou das vítimas das relações de dominação.

Um terceiro elemento tem a ver com a noção de libertação que foi colocada na pergunta. No início da TdL, a noção de libertação era bem concreta; falava-se da libertação das relações de dependência no campo da economia política internacional e nacional. Na medida em que a TdL refletia as questões das lutas sociais, a noção de libertação era entendida de uma forma bem “encarnada”, dentro das possibilidades históricas. Com o passar do tempo, começou a predominar a noção de libertação como a passagem para um mundo “sem dominação e injustiça, um mundo de plena harmonia”. Isto é, uma noção abstrata de libertação que pressupõe a libertação de todas as

contradições humanas e de todos os conflitos e problemas inerentes a todas as sociedades humanas. No fundo, a libertação passou a significar a “construção do Reino de Deus em plenitude” no interior da história. Com isso, perdeu-se a concretude histórica que se pretendeu no início da TdL com o diálogo com as ciências do social.

É claro que há outros elementos importantes nessa teologia, como a necessidade da “libertação da teologia” (a autocrítica da teologia, da Igreja, da religiosidade dos pobres, incluindo as CEBs) para que possa haver a teologia da libertação; mas o espaço aqui não permite alongar muito esse tema.

Para terminar a resposta a esta pergunta, eu penso que é importante repensarmos o próprio conceito de libertação antes de responder libertação do “quê” falamos hoje. Em outras palavras, repensar a relação entre a libertação, liberdade e a condição humana. (SBARDEIOTTO, 2011)

2.5 Teologia da Libertação e Marxismo

Tal reflexão tendo como ponto de partida a práxis histórico-libertadora é uma reflexão que buscava uma ação transformadora da realidade dessa maneira tornar-se ela mesmo libertadora. A partir de tal premissa a Teologia da Libertação considerava que não estaria propondo apenas um novo tema para a reflexão teológica mas sim um novo modo de produzir a própria teologia que se torna um meio de transformação do mundo.

Ainda sobre a Teologia da Libertação Hinkelammert considera que ela se insere na história da concreta da América Latina desenvolvendo-se em lugares considerados pontos-chaves como as comunidades de base e movimentos populares e a partir daí desenvolve sua teologia. Segundo o mesmo autor; inserindo-se na história concreta a América Latina situa-se em lugares concretos dessa história. Não fala somente nesses lugares concretos mas reflete a situação histórica a partir dali para desenvolver-se como teologia. Por isso vinculadas as teorias das ciências sociais.

Ora basta esse contato para concentrar as numerosas lutas locais que tem o mesmo caráter em toda a parte em uma luta nacional em uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política[...]

De todas as classes que ora enfrentam a burguesia so o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionaria.

As relações fundamentais de toda sociedade humana são as relações de produção que revelaram a maneira pelo qual a partir das condições naturais os seres humanos usam técnicas e se organizam por meio da divisão do trabalho social. As relações de produção correspondem a um certo estagio das forças produtivas que consistem em um conjunto formado pelo clima água solo, matérias-primas, maquinas mão-de-obra e instrumentos de trabalho. Por exemplo, quando os instrumentos de pedra são substituídos pelos de metal ou quando a agricultura se desenvolve pela técnicas de irrigação de adubagem do solo ou pelo uso do arado e de veículos de roda estamos diante de alterações das forças produtivas que por sua vez provocarão mudanças nas formas pelas quais os indivíduos se relacionam.

Chamamos de modos de produção a maneira que as forças produtivas se organizam em determinadas relações de produção num dado momento histórico. Por exemplo no modo de produção capitalista as forças produtivas representadas pelas maquinas sobretudo sobre as máquinas do sistema fabril determinam as relações de produção caracterizadas pelo dono do capital e pelo operário assalariado. No entanto as forças produtivas so podem se desenvolver até certo ponto porque quando atingem um estagio por demais avançado entram em contradição por terem se tornado inadequadas. Surgem então divergências e a necessidade de nova divisão de trabalho a contradição a parece como luta de classes.

O sistema capitalista se sustenta pela produção de mercadorias. Mercadoria é tudo o que é produzido não tendo em vista o valor do uso\por exemplo uma roupa que fazemos o para nosso próprio uso\ mas sim o valor de troca isto é venda do produto do trabalho do valor da mercadoria é determinado pelo total de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

Como a mercadoria é produzida. Para sobreviver o trabalhador vende ao capitalista a única mercadoria que possui ou seja a capacidade de trabalhar. Qual deve ser o valor da força de trabalho. O trabalhador precisa receber o necessário para a subsistência e a reprodução de sua capacidade de

trabalho isto é alimento roupa moradia educação dos filhos etc. o salário deve portanto corresponder ao custo de sua manutenção e de sua família.

O operário se distingue dos escravos e dos servos por receber um salário a partir do contrato livremente aceito entre as partes. No entanto na obra *O Capital* Marx explica que a relação de contrato livre é só na aparência e que na verdade o desenvolvimento do capitalismo supõe a exploração do trabalho do operário. O capitalista contrata o operário para trabalhar durante um certo período de horas afim de alcançar determinada produção mas por ficar disponível o tempo todo o trabalhador na verdade produz mais do que foi calculado ou seja a força de trabalho pode criar um valor superior ao estipulado inicialmente. No entanto a parte do trabalho excedente não é paga ao operário e serve para aumentar cada vez mais o capital.

Marx diz que ao comprar a força de trabalho o capitalista adquire o direito de servi-se dela ou faze-la funcionar durante todo dia ou toda semana como vendeu sua força de trabalho ao capitalista todo valor ou todo produto por ele operário criado pertence ao capitalista que é dono de sua força de trabalho pro tempore chama-se mais valia portanto ao valor que o operário cria alem do valor de sua força de trabalho.

A proposta dos teólogos da Libertação era a de que a teologia deveria ser uma reflexão critica da sociedade a partir da práxis, propunha, ainda que seus teólogos se inserissem em meio a movimentos de massas populares mas ao analisar a situação de miséria em que a América Latina estava inserida, assim os teólogos da libertação acabaram encontrando como culpado da situação de miséria o próprio sistema capitalista. Não é de se estranhar que suas posições possuam uma dura critica ao capitalismo. Ao assumir tal postura esses teólogos acabaram tendo como disse Lowy \1991\ “[...] uma atração irresistível[.]” pelos ideais marxistas \tão arduamente confrontados pela igreja\ passaram a utilizar a dialética marxista para explicar suas posições. (*CONTIERO, Tiago Tadeu, ano, p.*)

Para Contiero na doutrina da teologia da libertação encontravam-se variações de pensamentos e formulações entre seus teólogos, e que em geral há um consenso em alguns pontos gerais. Ele cita Michael Lowy “Marxismo e Teologia da Libertação” que aponta oito pontos doutriniais, como o ponto em

que a doutrina condena o capitalismo que prega a utilização do marxismo para a compreensão da pobreza e que critica o dualismo tradicional que dizia que a história humana se diferenciava da história divina porém ao mesmo tempo eram inseparáveis.

A libertação não é um tema mais na agenda dos teólogos. Exprime uma realidade histórica com que a teologia entrou em contato nos meios pobres e populares latino-americanos. Nos tempos modernos porém com ajuda das ciências humanas tomou-se consciência de que a dominação vai além da escravidão física persiste no mundo como uma realidade difusa desde a opressão psicológica do homem e da mulher que introjetaram esquemas autoritários, normas sociais desumanizantes, até a dominação política e social que oprime os mais deserdados marginalizados e explorados pelos detentores de poder.

De tal maneira adquiriu-se hoje consciência das inúmeras formas de dominação que pesam sobre nós que libertar-se é um imperativo da realização humana pessoal e social. Fala-se em libertar-se pois a liberdade só é real quando querida e conquistada. Homens e mulheres, somos chamados a nos libertar a conquistar não somente a liberdade interior de agir segundo a verdade e o bem mas a liberdade efetiva econômica e política para participar da organização da vida social e usufruir os benefícios da sociedade.

Libertar-se tornou-se no mundo de hoje a pedra de toque da humanização um ideal incoercível dos homens como pessoas grupos ou sociedade. As ciências humanas há muito vêm identificando o universo extremamente variado e muitas vezes secretos velado escondido das dominações. Freud e Marx muito contribuíram para essa tarefa. O contexto latino-americano da dominação desafiou a reflexão cristã. A teologia hoje não mais pode ignorar. Utilizou sobretudo Marx para diagnosticá-la. Houve desacertos cometidos pelos autores que se improvisaram teólogos. Mas Marx não é o pai da Teologia da Libertação. É um companheiro que ajudou a ver. A teologia não se abedera de Marx. Examina com seus próprios recursos teológicos a mesma realidade da opressão e da dominação à qual Marx depois de ter posto em evidência dá uma interpretação completamente cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como perspectiva analisar a Teologia da libertação e em sua estrutura teológica, teórica e observar o homem enquanto ser histórico, que se faz (constrói) no tempo. A consequência disto, é que os dados da revelação cristã – Bíblia – foram entendidos como realidades atemporais e ahistóricas. Por isso, por muito tempo – certamente, também ainda hoje – entendeu-se Deus, Reino dos Céus, inferno, etc., como realidades totalmente transcendentais, totalmente destacadas dos processos e fases históricas da humanidade. Devido à pobreza e à nefasta degradação do povo latino-americano, a libertação deve ser entendida como superação de um processo de exclusão; já que esta é a consequência direta da relação norte-sul, onde milhões de homens e mulheres empobrecem e se deterioram porque ficam à margem (excluídos) do processo econômico e político norteado pelo capitalismo imposto pelos EUA e Europa.

Façamos entender a importância da leitura marxista para diagnosticar os efeitos do Modo de Produção Capitalista nos chamados países periféricos ou pobres no qual fazem parte os países da América Latina. Discutir os sentidos das palavras “teologia” e “libertação” a força dos movimentos populares cristãos para libertar as massas populares sofridas pela exploração dos opressores capitalistas, o entendimento que a riqueza só é possível por causa da miséria uma análise desse binômio se faz presente sendo assim

Para que haja elaboração da teologia da libertação é mister que se compreenda os fenômenos da opressão e da exclusão. Estes devem ser compreendidos através de uma mediação sócio – analítica, “*Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja.*” (BOFF, 1996, p. 40). O método utilizado para elucidar sócio-analiticamente o fenômeno da opressão e da exclusão pela teologia da libertação, é o método histórico- dialético. Acreditamos que, ao longo dos capítulos, tais questões foram equacionadas.

Ao tecermos algumas considerações finais sobre a pesquisa, mister se faz dizermos que a proposta de analisar as formas como a Teologia da Libertação se manifesta desde as suas origens nos chamados anos de chumbo na América Latina passando pela reação conservadora da Igreja como por exemplo a posição do Papa João Paulo II foi o objetivo primordial. Fazer uma reflexão procurando a influência do marxismo na construção da corrente teológica libertadora e até que ponto e o grau de importância que o marxismo tem com essa corrente teológica.

Reverendo as problematizações iniciais após a leitura sócio-analítica, o teólogo da libertação deve-se deparar com a Bíblia Sagrada. A Bíblia deve fornecer subsídios para que se possa identificar a face de Deus e sua ação libertadora, nos diversos momentos históricos, sob as quais vive o teólogo e seu povo. Há, então, no processo de elaboração da teologia da libertação, uma imbricação necessária entre a análise sócio-analítica da realidade e a Bíblia Sagrada. Esta última fornece o sentido teológico da práxis libertadora proposta pela teologia da libertação.

Com a gênese da teologia da libertação na América Latina, “a religião passa a ser um fator de mobilização e não do freio” (BOFF, 1980, p. 102). A religião não mais se apresenta como “ópio do povo”. Ela passa a ser fonte de libertação e de esperança para o homem. A religião, desta forma, não se reduz a uma ideologia que mantém o *status quo* social e político; também não é mais fonte de discursos etéreos. A teologia da libertação pretende mostrar que Deus não está em uma esfera trans-histórica; mas, ela quer mostrar que Deus encarna-se na história, gera libertação de um povo humilhado, gera vida e esperança a um povo crucificado e sem sonhos. Podemos dizer, metaforicamente, que a teologia da libertação anuncia a “descida” de Deus de sua esfera transcendente e “celeste” e mostra-o como agente dignificador dos humilhados da terra. Deus não é mais um conjunto de doutrinas e especulações, mas é a fonte de toda a luta pela justiça e igualdade. Por isso, Deus se manifesta nas lutas históricas pela justiça, pela inclusão e pela superação de toda opressão vigente na humanidade. “*Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.*”(Ex 20,2). Eis a face de Deus anunciada pela teologia da libertação: Deus que tira o povo da

opressão, da servidão. Então a leitura do manifesto comunista se faz presente já que esta sendo uma das principais obras de Karl Marx convoca e conscientiza para uma libertação no que tange a esfera proletariado e Burguesia um oprimido e o outro opressor. Segundo BOFF O marxismo passa a ser a filosofia predominante na análise sócio-analítica feita pela teologia da libertação. Porém, o marxismo é utilizado como instrumento, não tendo fim em si mesmo. *“Na teologia da libertação o marxismo nunca é tratado em si mesmo, mas sempre a partir, e em função dos pobres”*. O sentido último da teologia não é Marx, mas Deus.

Os resultados encontrados nessa pesquisa leva-nos a confirmar que a Teologia da Libertação em seu bojo esta o marxismo mas que este não é a principal essência da Teologia da América Latina, Houve desacertos cometidos pelos autores que se improvisaram teólogos. Mas Marx não é o pai da Teologia da Libertação. É um companheiro que ajudou a ver. A teologia não se abedera de Marx. Examina com seus próprios recursos teológicos a mesma realidade da opressão e da dominação á qual Marx depois de ter posto em evidencia da uma interpretação completamente cristã.

O ponto central e original da Teologia da Libertação foi a opção preferencial pelos pobres. Trata-se, portanto, de uma perspectiva epistemológica pela qual se buscava não apenas visitar todo o patrimônio cultural e científico da teologia cristã mas também se queria, à luz desta opção, responder aos problemas que o mundo moderno coloca para a presença e ação da igreja no mundo. Não se esquecendo nunca de que o principal problema é a pobreza estrutural.

A consciência de que a pobreza estrutural é o principal problema a ser enfrentado permitiu estabelecer a interface entre as exigências religiosas, os desafios econômicos e os obstáculos políticos. Enquanto teologia, isto é, como reflexão sobre Deus, a Teologia da Libertação aceitou o desafio de revelar este mesmo Deus a partir do lugar social do pobre, o que não significa de forma alguma uma santificação romântica deste último, nem muito menos uma resignação frente a pobreza na qual vivem grandes segmentos da América Latina. (ROMERIO. Marcio Anatole de Sousa. Teologia da Libertação uma experiência marginal?

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=852>)

REFERENCIAS

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida – as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo Paulinas, 1996.

BALDISSERA, Adelina. *CEB's: poder, nova sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BOFF, Clodovis; *et all.* *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOFF. Leonardo. *Igreja dos Pobres: Fundamento de uma Teologia da Libertação*. In: (<http://www.oarcanjo.net/site/index.php/reflexao/igreja-dos-pobres-fundamento-de-uma-teologia-da-libertacao/#.TqckEuwY5sg>) (Acesso 15 de outubro de 2011).

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

BOFF, Clodovis. BOFF Leonardo *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima Borges. *Itaçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês*. Goiânia: UFG, 2005 (Dissertação de Mestrado em História).

CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação, série primeiros passos*. Cidade: Ed Brasiliense. 1987.

CONTIERO, Tiago Tadeu, "A seara de Deus - a formação dos Missionários Claretianos pré e pós-Vaticano II" 2011. (Dissertação de mestrado).

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação – Perspectivas*. Tradução: Yvone Maria C. T. da Silva e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2000.

Revista Científica FacMais, Volume. IX, Número 2. Julho. Ano 2017/2º Semestre. ISSN 2238-8427.

LOWY, Teologia da Libertação e Marxismo. Cidade: Ed Nova Fronteira, 1991.

MAINWARING, Scott. *Igreja popular e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloisa B. de O. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SBARDEIOTTO, Moises. "Economia para a vida": contribuições da teologia para a crítica à idolatria. In: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4021&secao=370

SUNG, Jung Mo. *Teologia e Economia – Repensando a Teologia da Libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914 1991*.

SUNG, Jung Mo. *Economia: um tema central e quase ausente na Teologia da Libertação*. (Tese de Doutorado).